

AS POLITOLOGIAS MONSTRUOSAS DOS INDIVÍDUOS GREGÁRIOS ANTIGOS E CONTEMPORÂNEOS: DE PLATÃO A SLOTERDIJK

Edson Gonçalves da Silva Filho*

Resumo: O objetivo principal deste artigo é discutir, sob a ótica da reflexão imaginária-radical, o pensamento teórico das *Politologias* Sociais de Peter Sloterdijk, a partir da herança póstuma do *logos* político dierético de Platão (428-348 a.C.). Sloterdijk investigou as origens das deformações psicopolíticas dos poderes negativos monstruosos dos indivíduos gregários, antigos e contemporâneos, segundo a perspectiva desse legado histórico. O diálogo *O Político*, ou *A Segunda Navegação*, escrito por aquele filósofo grego, foi revisitado pelo pensador alemão, que o expôs de forma brilhante com o intuito de problematizar as condutas humanas enquanto animais domésticos e bestiais, conforme o modelo da arte de governar promovida pelo estadista do parque. Este estudo propõe discutir o conceito de humanismo na época da dominação bestial das mídias políticas pós-modernas, de acordo com seus efeitos desinibidores, catastróficos e libertadores.

Palavras-chave: Discurso dierético; Arte de governar; Indivíduo politikos; Guerra totalitária; Cruzamento da raça.

INTRODUÇÃO

O trabalho do discurso dierético, oriundo do exercício da dialética, buscou evidenciar, a partir da lógica instrumental da divisão e do apascentamento, a diferença entre Ciência e Política: filósofo ou controlador de homens anímicos pertencentes a rebanhos gregários. Essa distinção ontológica, realizada pela Filosofia Política social de si e dos outros, escrita por Platão, de acordo com a compreensão do conceito de Antropogonia, será estudada sob o preceito de uma dupla sujeição conceitual negativa: como humano e como espécie gregária, mamífera e fragmentária. As partes microfísicas do corpo total da espécie — tais como a pele, o osso, o coração, o sangue, a cabeça, as pernas, os braços, o útero, o pênis, o esperma, a urina,

* Mestre em Filosofia (2019), atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFRN), na linha de pesquisa Cultura, Conhecimento e Comunicação, sob orientação do Dr. Alexandro Galeno Araújo Dantas. Possui Graduação em Ciências Sociais, Bacharelado (2007), Licenciatura em Filosofia (2017) e Mestrado em Filosofia (2019) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Concluiu Especialização em Educação e Contemporaneidade (2023) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e está em fase de conclusão da Especialização em Gestão Ambiental (2025) no IFRN. E-mail: edsonfilho4500@gmail.com.

o excremento fecal, o leite, os fluxos de energias sexuais — são geradas a partir da matriz animal, que representa sua parte antissubjetiva e, portanto, constitui o elemento negativo para o sistema político do indivíduo na linguagem cênica filosófica. O exercício da dialética platônica apresenta-se como oposição a essa Antropogonia humana de formação tribal, forjada a partir desse duplo simulacro violento estruturado no *logos* da pseudo-história natural que altera o curso do mundo. Do casamento dessas antinomias surgiu um fruto estranho proveniente desse caos outrora organizado: a consciência dialética radical imaginária do futuro do presente (Platão, 1972; Foucault, 2002, 2008, 2010; Castoriadis, 2004a; Sloterdijk, 2000; Nietzsche, 2020).

O diálogo dialético sobre o episódio grotesco e crítico do ser político como pastor de um rebanho ou *epistemon* régio de indivíduos é revelado por Platão, de acordo com o exercício do poder político ligado à arte de incidir, governar, cuidar ou pastorear homens. A criação histórica imaginária da matriz anímica gregária — domesticadora e tecedora de corpos sociais — deu origem à estrutura antropológica desse regime centrado no governo político da guerra social, ligado ao cruzamento sexual puro da raça, ou seja, a uma tática de guerra usada para garantir sua segurança ontológica accidental. Esse era o campo cênico do sentimento monstruoso da reprodução corporal da morte: o lugar da presença do belo cidadão ateniense do século IV e também das bestialidades midiáticas. A arte de criar e educar seres humanos para a autonomia deriva do trabalho imaginário da ciência constitucional, que se afirma na *polis* enquanto sociologia política da *práxis*. Ela distingue-se dessa arte caricatural, fabricada pelo governo de um só indivíduo, de alguns indivíduos, de um nome individual bonito ou da multidão.

Sloterdijk atualizou o projeto político da educação platônica antirreacionária para o presente histórico de sua época, por meio da definição dialética que distingue a *práxis* da Filosofia Política do *Homo Politikós*. Com isso, dissertou sobre a democracia real, em oposição às artes dos regimes totalitários de simulacros governamentais, tomando como base o ensino filosófico de Platão a respeito da *psyche* do indivíduo político da Antiguidade Clássica grega, apreciado e refutado por essa ciência dialética e dialógica. Eis a arte real do exercício do poder de sua filosofia política estrangeira singular: lógica, antropológica, ontológica, epistemológica, psicológica, histórica, humana e plural. Antes da existência da cultura, do bipedismo e da razão, o diálogo dialético — enquanto forma de intercâmbio de saberes oriundos do intelecto humano como causa accidental — não existia. Em outras palavras, não havia subjetividade no mundo. O *anthropos* é esse duplo gregário: humano e espécie fabricada a partir do animal que constitui sua parte antissubjetiva, sendo, portanto, o elemento negativo do humano. Com a criação da

linguagem oral, a conversação sobre a vida gregária do *homo pré-politikós* surge na horda da primeira cultura animal como tipificação antropológica desse grupo psíquico fundado no *logos* — fato histórico evidenciado pela Filosofia Política de Platão. O tema geral deste artigo refere-se à escrita da Filosofia Política de Platão, apresentada pelo pensamento filosófico contemporâneo de Sloterdijk, posto em diálogo com Nietzsche, Foucault e Castoriadis, no intuito de evidenciar a importância desses escritos cartografados como cartas impulsionadoras de movimentos revolucionários humanistas. Tem-se como foco específico de análise divergente o estudo do elemento imaginário da violência contido no drama enigmático do teatro social da *psyche* anímica do indivíduo gregário *politikós*, observado na cultura pré-política, na sociedade política e na civilização ocidental pós-política, do século IV ao século XX. Existe um elemento contínuo do não ser como alicerce linguístico, entranhado na violência formadora de governos artísticos micro e macro totalitários. Esse elemento de guerra deve ser analisado nas sociedades militares contemporâneas: stalinistas, nazistas, europeias e americanas (Platão, 1972; Castoriadis, 2004a, 2002, 1985; Foucault, 1999, 2010). É por meio da arte dierética que Platão constrói esse drama imaginário das ordens políticas históricas — reais como o *Político* que declara a guerra. Será que essa análise histórica, desenvolvida pelo pensamento imaginário filosófico, ainda serve como retrato crítico geométrico para os pensamentos éticos e políticos contemporâneos? Esta obra foi criada por meio de diálogos filosóficos que discorrem sobre as *psyches* apresentadas na *polis* como retratos.

AS POLITOLOGIAS MONSTRUOSAS DOS INDIVÍDUOS GREGÁRIOS

Nesta pesquisa eles serão tratados como fontes energéticas das caricaturas em combate na *politeia*: o do filósofo matemático com os representantes *Politikós*. A respeito deste assunto, comentou Platão: “agora, entretanto quero pedir ao Estrangeiro que, espero, não faltará com sua boa vontade para conosco, nem nos abandonará, para falar-nos do político ou do filósofo” (Platão, 1972, p. 207). Para Castoriadis, o filósofo Platão é quem derruba as aparências caóticas do mundo animado dos indivíduos *politikós* da antiga Grécia clássica (Castoriadis, 2004a).

Qual seria o ofício da filosofia política social crítica perante esse cenário histórico destruído por Platão?

Primeira observação de Platão sobre essa transformação histórica: a interdição do aparelho reprodutor anímico, vista pela perspectiva ideal do cruzamento de natureza da raça,

como dado herdado de uma ancestralidade antiga e guardiã dessa crença terrestre (Platão, 1972). Essa dobra, que recai sobre o sistema psicológico do animal reprodutor, bípede e racional, constitui sua ruptura com o reino do não ser, observada pela antiga escola de psicologia política platônica. “Temos as espécies primitivas, então temos instrumentos, vasilhames, veículos, abrigos, divertimentos e alimentos”¹ (Platão, 289a-b, apud Castoriadis, 2002, p. 42). O primeiro ponto da ideia original imaginada neste trabalho pertence à discussão crítica sobre o campo contínuo do elemento inconsciente negativo radicado no poder das caricaturas anímicas dos indivíduos gregários *politikós* como expressão de sua animalidade corpórea voltada contra a cultura primeira, sediada na estrutura da obra de Platão. O segundo é gerido pela apresentação do teatro social-filosófico político visto pelo prisma dialógico, refletido na relação conceitual entre poder capilar e força pastoral epistemológica da tecelagem política inimiga do imaginário radical da libertação política de Platão, Nietzsche, Hanna Arendt, Castoriadis, Foucault e Sloterdijk. Seus escritos propuseram outras maneiras de conduzir os seres humanos por meios de categorias heterodoxas das culturas; ou seja, eles desvelam a construção arquitetural da arte de comandar segundo o paradigma da ortodoxia política, tendo em vista o seu germe totalitário radicado na arte de comandar observada no território grego, romano, moderno europeu e pós-moderno mundial com o surgimento do capitalismo biotecnológico totalitário das mídias definidoras de corpos-simulacros de sonhos doentios.

O sacrifício biológico proveniente do histórico império de Zeus, de Cronos, da arte expressiva de Hefesto que modela o ferro e da adoração do ouro, é formado pela violência de conjunto que nasceu dos seios das divindades criadoras da imaginação humana. Esse processo de transformação social aconteceu de forma sacrificial como toda fundação social de base, isto é, como potência de guerra econômica posta no fluxo do trabalho. É na antítese desse movimento *gregário* de reprodução pastoral dos corpos linguísticos, do cultivo de sementes e plantas, de transportes e máquinas, que o fluxo energético da dupla potência vinculado ao novo aparato de poder econômico se instala no coração da civilização Ateniense. Esses fluxos de ordens econômicas e políticas criam com isso outros gêneros sociais para as celas da cidade: políticos, agricultores, escribas, profissionais liberais, trabalhadores manuais, sacerdotes, profetas, adivinhos, reformadores políticos entre as sociedades civil-militares gregas geridas pela técnica naval de navegação que se transformou em uma nova potência saída desse parto

¹ “We have the primitive species, then we have instruments, vessels, vehicles, shelter, diversions, and nourishments”.

armamentista (Platão, 1972; Castoriadis, 2004a; Foucault, 2008; Nietzsche, 2020). Potência militar que não poderia ser utilizada como divertimento para crianças.

O ideal de Estado do *Político* é o domínio do homem real, indicando-se com isso que ele comanda acima das leis, sendo possibilitado pela posse da arte de governar (Nietzsche, 2020, p. 170).

Platão, no seu diálogo *O Político* — que de bom grado poderia se traduzir por O Estadista - propôs a *Carta Magna* de uma política pastoral européia. Esse texto não é importante apenas porque nele se mostra de modo mais claro que em qualquer outro o que a Antiguidade efetivamente entendia por pensar - a obtenção da verdade pela cuidadosa divisão ou destrinchamento de complexos de coisas e conceitos (Sloterdijk, 2000, p. 47-48).

Na antiga Atenas, os novos ideais artísticos de governos liberais estavam florescendo, tais como a prática médica do século V e IV. A medicina na *paideia* serviu de base para sustentar o alicerce dessa nova sociedade de governo gregário. Ela institui na *polis* novas categorias de governos para os corpos enquadrados no campo anímico dessa *psyche* de rebanho: o imaginário médico não ensina Filosofia Política social da práxis livre. Essa cidade necessita de um “parteiro” novo (e não de um indivíduo autônomo) que possa selecionar e excluir os nascimentos dos futuros corpos de acordo com a sua raça. “Uma coisa, porém, sabemos, e que ninguém negará, é que isso também se estende ao criador de bois. É ele quem alimenta o seu rebanho, é ele o médico, e só ele escolhe os coitos: tanto na procriação como no nascimento, é o único parteiro competente” (Platão, 1972, p. 221). A geometria da suástica nazista representou simbolicamente essa ideia para realizar a seleção natural de sua raça sexual: um alemão puro-sangue só poderia manter relação de reprodução com outro alemão puro-sangue para não produzir a deficiência da raça, ou seja, o dano capital da raça. “Apenas o nazismo, é claro, levou até o paroxismo o jogo entre o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder” (Foucault, 1999, p. 312). O combate filosófico contra essa e outras artes de governar homens, sob os preceitos anímicos de governo que nega a existência da filosofia política como imaginação emancipadora radical, foi posto em xeque por Michel Foucault. “Linhas de força”, “travas” e “bloqueios”, são os “pontos-chave” desse combate tático entre filosofia e política. “Mas, afinal de contas, é esse o círculo da luta e da verdade, ou seja, justamente, da prática filosófica. (...) Portanto, proporei em tudo isso um só imperativo, mas que será categórico e incondicional: nunca fazer política” (Foucault, 2008, p. 6). A negação à caricatura do indivíduo *politikós* gregário é constituída pela luta no campo da ideia política que trabalha no plano da inteligência do pensamento radical imaginário e não na utilização da força anímica como ideal

político de governo biológico que, a partir da criação disciplinar do corpo e de seu controle, cria a ideia de reprodução social promovida pelo cruzamento da raça pura ora de forma mitológica, ora de forma religiosa, ora de forma racional, ora de forma conjunta num só compasso micrototalitário (Platão, 1972; Castoriadis, 1985; Foucault, 1999).

O poder criador da escrita filosófica social — unitária e múltipla, e por isso mesmo psíquica, de valor universal e singular — foi fundido ao seu estado linguístico oriundo desse parto midiático. Essa imagem do pensamento, concebida pelo saber real do trabalho filosófico, rompe com a visão bicorne do *Homo Politikós*, a partir da potência desvelada pelo parentesco de 2^3 , isto é, dois elevado ao cubo, cujo resultado é igual a oito incidentes (Castoriadis, 2004a). Platão, em estilo artístico pitagórico, discutiu esse ideal de ligação reprodutora funcional de corpos humanos por meio do método antro-po-matemático-político, com o intuito de observar o sistema político dos corpos fecundados por tal aliança. “Fazer uma análise ascendente do poder, ou seja, partir dos mecanismos infinitesimais, os quais têm sua própria história, seu próprio trajeto, sua própria técnica e tática” (Foucault, 1999, p. 36). Platão, Castoriadis e Foucault investigaram os efeitos elementares que o poder imprime nos corpos para formá-los nesse campo da história das definições, das incidências e das digressões, como gestação do novo indivíduo no Estado social da Lei institucional biológica, e não no estado de natureza sem Lei. Da primitiva parteira do mago ao médico parteiro moderno, as violências seletivas sobre a presença do corpo foram transformadas em potências governadas pela lógica funcional do sistema de cruzamento de corpos reprodutores para a sociedade instalada nesse laboratório de guerra genética e econômica. A concepção da arte política como ciência e como educação da vida do ser humano que vive em rebanho comunitário é observada por Platão enquanto epistemologia política (Castoriadis, 2004b). O espírito da Nação é criado dentro desse paradigma imaginário genético de comunidade, o qual foi refutado por esse filósofo. Os elementos ascendentes dessa fundação são adornados por infanticídios, canibalescos e domesticadores. Cidades para os gregos, repúblicas para os romanos, e Estados para os modernos homens políticos da era do biopoder capitalista (Foucault, 2002, 2008, 2010).

Esse sistema político de Estado, em seu germe embrionário, produziu a forma da *psyche* do *homo* político na *polis* a partir de uma dupla violência aplicada na cabeça: a força externa que gerou *anamnésis*. “Primeiro é obtido que o político verdadeiro e régio é um protetor e tutor dos homens” (Nietzsche, 2020, p. 169). Insuficiência e obscuridade percorrem essa ideia de proteger e educar homens na *politeia*. A instrumentalização da violência já era algo que fazia parte do cabedal da cultura proveniente do campo da natureza sensível, pré-política, tendo a

linguagem como a primeira manifestação desse ato violento externalizado por meio da voz de comando e da ação corpórea de guerra mimetizada por gesto, toque, som ou símbolo. Uma força física age externamente no sistema psicológico para que a memória, outrora vislumbrada no campo da animação gregária do não ser sem memória, puramente instintivo, seja rememorada de maneira social (Platão, 1972; Foucault, 2010). Por isso que Platão designa o estadista propriamente dito, “as pastor of human flocks”, ou seja, como pastor de rebanhos humanos apreciador dessa *anamínésis*. Essa é a primeira definição; a segunda, o estadista, “the Statesman, the royal Man, as Weaver”, ou seja, “o homem real como tecelão” (Castoriadis, 2002, p. 33, p. 40). Os animais bípedes, racionais, falantes e andantes, foram domesticados na terra pela ação da força transformadora do trabalho. De acordo com Castoriadis: “A criação de animais pertence a essas ciências autodirigidas”² (p. 33). A proposta da filosofia política de Platão se encontra vislumbrada na arte de ensinar um ser humano para ser um filósofo matemático e não para a educação que se volta para a obediência do comando militar ilegal gerido na *polis*. Platão dizia: “a nossa pesquisa tem por objeto o dirigente e não o oposto do dirigente” (1972, p. 210). Essa é a parte visível da coisa, e sendo assim, ela ainda é superficial para analisar o exercício do poder político engendrado na *polis*. O paradigma do tecelão (p. 234) vai além dessa realidade macrofísica, indo para a parte micrológica da coisa: o dado geométrico da caricatura anímica do não ser que existe para o ser que exerce a função do poder político. A língua é instituída pelo tecido em rede e o animal, o não ser humano, é produzido na linguagem e pela linguagem tal como é confeccionado uma vestimenta: “Tecer, afinal, consiste em entrelaçar” (p. 235). Para conhecer o dado técnico desta arte capilar, tem que destruir o produto que foi criado para poder adentrar em outras questões, a saber, qual foi o fio utilizado pelo tecido de lã? Quem pode tirar a roupa do soberano régio e de seus súditos para ver o que se esconde por trás de suas vestimentas? O soberano e seus súditos ficaram nus. Um nazista da SS, em sua época, muito bem poderia fazer as seguintes indagações: qual é o tecido que constitui a sua raça, sua pele, seu sangue, seu esperma, sua história? Outro objeto de estudo tem que ser erguido para ser comparado com o primeiro.

(...) em vez de perguntar-se como o soberano aparece no alto, procurar saber como se constituíram pouco a pouco, progressivamente, realmente, materialmente os súditos, o súdito, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc. (Foucault, 1999, p. 33).

² “The raising of animals belongs among these self-directive sciences”.

O tecido é a representação do imaginário humano no mundo social da língua, isto é, o adorno que serve de proteção para o corpo. O paradigma do tecelão não toca no osso do problema. A língua liga os corpos para poder protegê-los, agrupá-los contra o mundo sensível do caos inimigo. A arte de governo serve para ordenar e conduzir os corpos em suas respectivas redes: metáfora do tecelão. Foucault demonstra como as coisas são constituídas. Platão também estudou a constituição anatômica do corpo político antes da fala e depois da fala: osso, carne e sangue, bipedismos, *psyche*. São sete artes de governo que ele examina nesta ordem.

Este estudo visa compreender o alicerce da guerra política totalitária, de acordo com a arquitetura do Estado — pastoral, tecelão e epistemológico —, que, por meio das ações violentas de suas mãos férreas, põe em funcionamento seus jogos anímicos para todos os que serão conquistados. Trata-se de internalizar sua potência, a qual prepara o solo para constituir a máquina de guerra territorial que, um dia, se tornará a própria destruidora dessa mesma territorialidade (Foucault, 2008), e de organizar essa força — já previamente organizada — para que ela possa se estender pela terra, pelo mar e pelo céu: espaços que serão devastados por sua própria organização civil-militar tecnocientífica.

A convicção de que tudo o que acontece na terra tem que ser compreensível para o homem poder interpretar a história por lugares comuns. Compreensão não significa negar o extraordinário, deduzir o imprevisto por precedentes, ou explicar fenômenos por analogias e fenômenos tais que não mais se sintam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes, examinar e carregar o fardo que nosso século colocou em nossos ombros – sem negar sua existência e sem submeter-se passivamente a seu peso. Compreensão em resumo, significa enfrentar a realidade atenta e impremeditadamente e opor-lhe resistência, qualquer que seja. (Arendt, 1951, p. viii, apud, Castoriadis, 1985, p. 8)

Arendt abordou a "resistência" da mídia filosófica primária e secundária como uma forma de abertura política democrática diante dos regimes totalitários de governos que estabeleceram o fechamento geopolítico da guerra biotecnológica do século XX. Segundo a filósofa, o *anthropos* cria o monstro, mas também é capaz de criar o sublime. Surge então uma questão: a educação derivada da filosofia política de Platão terá, algum dia, o poder de desarmar o mundo dessas bestialidades anímicas promovidas pelos carismas das mídias? A resposta a essa pergunta depende da resolução de um problema: o enquadramento de Platão como um filósofo político reacionário e incitador do totalitarismo de governo (Castoriadis, 2004a; Foucault, 1999, 2002, 2008). Hannah Arendt analisou a antropogênese do regime totalitário (Castoriadis, 1985), oferecendo explicações para os fatos históricos dessa época, que

provocaram grandes abalos sísmicos no mundo. Ela utilizou o método dialético de sua filosofia política contemporânea, influenciada pelos ensinamentos de Platão. O *epistemon* político não desfaz completamente o nó do pastorado ou do tecelão. Sloterdijk apresenta dois personagens do diálogo que expressam esse logos dialético: “Esse estrangeiro e o seu interlocutor, Sócrates e o jovem, dedicam-se, assim, à insidiosa tentativa de submeter a política futura, ou a arte de pastorear a cidade, a regras racionais transparentes” (2000, p. 48). Um pensamento estranho à época surge neste teatro de monstros institucionalizados, em uma terra fragmentada em pátrias e em pedaços de indivíduos reduzidos a mercadorias nos açougues biológicos comerciários, gerando riqueza e transtornos mentais em potencial para as sociedades históricas. Esta pesquisa, ao utilizar o poder filosófico investigativo da dialética platônica, busca desmontar o imaginário político dessa genética social e econômica, analisando suas raízes na produção política militarizada, mítica e religiosa. Trata-se de um pensamento não cultivado por Psístrato, em Atenas, nem por Bonaparte, na França, tampouco por Maomé, no mundo árabe, ou Reagan, nos EUA (Castoriadis, 2004a). Da mesma forma, não foi concebido por Hitler, na Alemanha, nem por Stalin, na Rússia (Castoriadis, 1985; Foucault, 1999, 2008; Sloterdijk, 2000). Esses governantes utilizavam as artes carismáticas e religiosas midiáticas — técnicas de comando de rebanhos políticos no parque humano — para perpetuar a guerra gregária em benefício de seus países, todos moldados por homens violentos e fanáticos, treinadores de corpos para a economia de seus Estados militares

REPENSAR OS HUMANISMOS PSICOPOLÍTICOS PARA AS CIDADES: DA ANTIGUIDADE AO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Platão deixa uma herança para as humanidades vislumbrar nesse escrito que discute os princípios e os fundamentos do humanismo como escola de domesticação vinculada a uma certa cultura nascida no campo de sentido social mitológico onde nasceu Cronos e Zeus. Embora a racionalidade já germinasse dentro dessa fábrica de ordem a transformar homens campesinos sem armas militares, em homens armados a serviço do Estado militar de guerra. Mulheres, escravos, artesãos e estrangeiros não participavam da vida política da cidade; enquanto o filósofo lutava pela liberdade dos cidadãos ao dissecar o sistema da arte de comandar homens como ideal de uma epistemologia política pastoral e tecelã. O ser humano domesticado é produto do trabalho de criação corporal definido pelo saber e pela práxis justificadas, segundo

Platão, nos ideias de condutas políticas diferenciadas das antigas formas de domesticação de corpos culturais.

Sua posição incomensurável na história do pensamento sobre o ser humano reside acima de tudo no fato de que ele foi conduzido a maneira de uma conversação de trabalho entre criadores — e não por acaso com a participação de personagens atípicos em Platão: um estrangeiro e um Sócrates mais jovem, como se a admissão a conversão desse tipo não fosse de início permitida ao comum dos atenienses — como também porque se trate de selecionar um estadista como não existe em Atenas, e criar um povo como ainda não se encontrava em nenhuma cidade empírica (Sloterdijk, 2000, p. 48).

Os conjuntos caricaturais anímicos dos indivíduos gregários *politikós*, tanto antigos quanto contemporâneos, revelam-se conforme a lógica desinibidora das mídias escritas, por meio de uma abordagem ética e interdisciplinar da filosofia política. Esses conjuntos são analisados nos planos físico, histórico, ontológico, epistemológico, antropológico, etnológico, lógico, geométrico, psicopolítico e matemático, em uma trajetória que vai de Platão a Sloterdijk. Esse ciclo se estrutura da seguinte forma: antes da gênese, a escuridão da noite; após a gênese, a antropogênese iluminada do mundo, concebido por indivíduos humanos. O trabalho aqui apresentado busca problematizar o exame dialético micrológico sobre o segredo da força contínua gregária, uma força imaginável que conecta energeticamente todos os indivíduos no sistema de poder capilar histórico da mídia linguística da sociedade contemporânea. O estudo visa contribuir para o ensino da filosofia política do século XXI, promovendo o diálogo entre instituições, indivíduos e artes dos sistemas políticos de governos, repensados com base no logos da Filosofia Política social. O problema central refere-se à caricatura construída em torno de Platão, retratando-o como um defensor de uma política de governo reacionária. No entanto, a filosofia da suspeita platônica questiona o exercício do poder do *zoón politikón* transcendental da antiga democracia grega e a germinação da *psyche* territorial totalitária. Platão desconstrói os discursos enfermos do estadista régio, identificado como charlatão ou usurpador da coisa pública. Seu posicionamento, muitas vezes interpretado como antipolítico, revela-se uma política de negação afirmativa, voltada contra o poder de soberania que governa para a morte, em vez de promover a vida e o bom governo da *polis*. Esse legado configura o logos apolítico do pensamento platônico (1972). De acordo com Sloterdijk, o leitor moderno dessa filosofia não pode ignorar a força explosiva dos apontamentos presentes neste texto, que denunciam o caráter do humanismo burguês como promotor de práticas eugênicas fascistas e biotecnológicas (Sloterdijk, 2000).

O debate sobre o exercício do poder do *zoôn politikón* na democracia pós-moderna foi promovido por esses criadores de textos revolucionários, os quais Sloterdijk denomina escritos escolares promotores de desinibição política, ao desvelar a queda do muro histórico da antiga cidade e o ouro sanguinário do capitalismo, sob o poder da *psyche* elétrica e da indústria da guerra militar (Foucault, 1999, 2008; Castoriadis, 1985). Essas questões servem à Filosofia Política social da *práxis* como forma de combate ao mundo totalitário da linguagem, no qual o território conquistado representa as máquinas midiáticas dos engenheiros sociais da salvação do mundo — significados inseridos nas crises epistemológicas científicas, oriundos de comandos artísticos de governos autoritários que selecionam os cidadãos segundo a servidão de seus corpos, enquanto os que não servem ao regime devem ser apagados. Compreender o imaginário sócio-histórico do exercício do biopoder do *zoôn politikón* na democracia contemporânea exige adesão às novas teorias científicas de governo descolonizador da terra, renovada pela resistência da escrita enquanto mídia primária qualitativa da diferença ética entre uma filosofia social teórica plural, vinculada aos saberes de resistências psicopolíticas, e praticada contra a violência inteligível do novo teatro midiático da guerra civil-militar do cruzamento racial instalado nas sociedades históricas do século XX. Pensa-se o cenário do *symbebekós* pós-político (o liame acidental do acontecimento) dos parceiros econômicos que se fixam na *physis* e na *psyche* como ideais de energia econômica potencial negativa, a partir de Platão, Nietzsche, Sloterdijk, Foucault e Castoriadis. O rastro do fantasma do totalitarismo tribal-pós-moderno manifesta-se na geometria sexual da suástica, entre o mito, a religião e a reprodução tecnológica da raça pura hegemônica: a classe e a subclasse militares do regime. “Platão mesmo parte de uma monarquia absoluta e ordena as outras formas de constituição da seguinte maneira: monarquia constitucional, aristocracia, democracia constitucional, democracia sem lei, oligarquia e tirania” (Nietzsche, 2020, p. 170). Por outro lado, Castoriadis, Foucault e Sloterdijk atualizam o projeto político da educação platônica antirreacionária para o presente histórico de sua época, por meio da definição dialética que distingue a *práxis* da Filosofia Política social — relativa, dialógica, democrática — do *Homo Politikós*, germinado nesses comandos de governos enfermos da História da decadência grega. A sombra dessa enfermidade reaparece na modernidade revolucionária.

Qual é a diferença entre os conceitos de *psyche* antiga, *psyche* moderna e *psyche* pós-moderna? O animismo da força contínua e aleatória da violência seria o elemento atemporal, caricatural e biológico que transita tanto na Antiguidade grega quanto na nova sociedade europeia atômica e no mundo científico após o totalitarismo de governo?

Platão foi um filósofo de seu tempo que cultivou a inteligência individual com seus educadores e educandos, acoplando-a aos saberes interdisciplinares entrelaçados com os conhecimentos da geometria, matemática, epistemologia, antropologia, ontologia, lógica, política, física, psicologia do corpo, música, teatro, poesia e teologia. Para realizar seu diagnóstico radical sobre a imaginação da arte de governar corpos bípedes na *polis*, ele precisou compreender a estrutura psíquica ancestral do mito, da religião, da sociedade e do Estado, em seu respectivo fundamento gregário, configurado numa violência. Na obra *O Político*, em “O recurso ao mito”, o filósofo expõe uma narrativa que descreve a história de dois príncipes que se tornaram lendas para a história da psicologia platônica: Atreu e Tiestes disputam um prêmio, a saber, o cordeiro de ouro. O primeiro príncipe foi presenteado com o objeto que seria disputado entre eles. Mas será que não foi por causa do ouro, e de outras drogas, que o mundo do século XX foi hipnotizado por guerras ultra-tóxicas de ordens militares e sub-militares? Essa análise sobre a microfísica do exercício do poder político, observado pelo sentimento mítico, carece de ciência, pois a ciência que é política é produto da *polis*, e não da tribo. “O perigoso interesse de Platão por temas arriscados atinge o ponto cego de todas as pedagogias e política da alta cultura — a presente desigualdade dos seres humanos quanto ao conhecimento que gera poder” (Sloterdijk, 2000, p. 49). A cultura, o Estado e a civilização são espécies de governos diferenciados geradores de poder, unidos por laços distópicos, nos quais os conflitos entre as perspectivas midiáticas se inflamam nessa clareira zoológica eletrônica atualizada nesse presente histórico pós-político. A análise do estadista é proferida por Platão de forma grotesca e caricatural. Esse é o poder desconhecido sobre o parque humano.

O simulacro do teatro psicológico da fundação social de uma cultura, de um Estado ou de uma civilização não pode ser pensado fora da violência que o institui para o mundo imaginado por símbolos linguísticos, geométricos e numéricos, os quais criam seus ideais de sacrifícios humano e divino, armamentísticos: de segurança, de territorialidade, de controle populacional (Foucault, 2008) e de nacionalidade com a terra (Platão, 1972). Estas partes unidas em conjunto servem para sustentar o sistema da presença do corpo em um campo social de sentido através do processo de sua fecundação: “só funciona em cadeia” (Foucault, 1999, p. 35). O exercício dialético do poder é quem funda ou destrói a vida reunida por conflitos externos e internos que se transformam com o passar do tempo. “Reúne em primeiro lugar, segundo as afinidades, a parte eterna de sua alma com fio divino, e em seguida, depois dessa parte divina, une a parte animal com fios humanos” (Platão, 1972, pp. 266-267). Platão narrou essa tragédia anímica, a parte “animal” do “fio” humano, da seguinte maneira: “Conforme uma lenda, Atreu

convidou Tiestes com seu filho para jantar. Quando o pequeno estava brincando no pátio, prendeu-o Atreu, matou-o e, assando-lhe a carne, pô-la na mesa para ser servida” (p. 222). O cenário do caos político contemporâneo — com o stalinismo, o nazismo e a intoxicação pseudo-democrática norte-americana e europeia (Foucault, 1999) — não se distancia dessa fabulação imaginária humana apresentada por Platão, que desvela o caos dos fatos das guerras, geridas pelas forças desses açougues anti-humanos fundidos em rituais mitológicos, religiosos, científicos e mortuários (Castoriadis, 2004a; Foucault, 2008). A sociedade histórica contemporânea ainda não aprendeu a viver sem o mito, sem a religião, sem o misticismo da guerra biológica de Estado — elementos que foram transformados na razão do extermínio de espécies biopolíticas. “Tiestes, sem de nada suspeitar, comeu-a. Perguntando onde estava o menino, Atreu, sorridente, mostrou-lhe a cabeça do pequeno, explicando que há pouco ele comera o próprio filho” (Platão, 1972, p. 222). É como um bom açougueiro de hospital que Platão examinou tal caso “monstruoso”, partindo do diálogo com o mito. Mesmo que esse mito seja considerado apenas uma maquinação da imaginação do intelecto humano — que o descreve como o crime de uma suposta lenda —, ele ainda pode expressar uma verdade sem justificação científica sobre a biologia animal do indivíduo caricaturado como meio homem e meio animal. Não é possível investigar o sistema da *psyche* sem olhar, antes, para a história sem História e, depois, para a história com História, diante do processo de hominização de um indivíduo chamado animal humano — ou ser humano dotado de uma *psyche*. Pelas mãos da cultura, da sociedade, do Estado e da civilização, o sistema estrutural e pós-estrutural da *psyche* pode criar uma linguagem que, em seu rasgo originário, confabula com o micro e com o macro totalitarismo: do canibalismo antigo ao tribalismo contemporâneo. Este estudo de trabalho, aqui explicitado, foi investigado nessa pesquisa de acordo com o *logos* político de Platão, revisitado por Nietzsche (2020), Foucault (2010), Castoriadis (2004a) e Sloterdijk (2000).

O diálogo sobre os princípios fundamentais da antropogênese do sistema imaginativo do poder anímico-psicológico do indivíduo gregário — que governa ou é governado por esse liame — será acionado neste projeto por meio do teatro político universal engendrado nessa perícia dialética. O tema central deste estudo está centrado no desvelamento do segredo da natureza oculta na negatividade da violência animal aleatória e inconsciente. O império do discurso proveniente dessa história natural, que justifica suas ações anímicas pela destruição da alteridade heterotópica do indivíduo autônomo, do povo liberto e do Estado reconstruído pela sabedoria da filosofia política dierética — que pensou a isonomia das alteridades éticas — será abordado a partir do ato de imaginar outra criação de micro resistência dialética quanti-

qualitativa. A *psyche* singular, criadora de novos multiversos imaginados, buscará combater o superpoder da nova biotecnologia do presente histórico atual, econômico, político, científico e paradoxal, segundo a *techne* e a *epistéme* provenientes da filosofia política platônica, que se atualiza neste artigo com a propulsão das mídias neo-humanas desinibidoras pós-democráticas, relativas e históricas. Evidencia-se, com isso, o campo de sentido da Filosofia Política social praticada por Platão que, em seu rasgo radical imaginado, detecta o ciclo do liame psicológico da microfísica celular do poder na região da *polis*: o paradigma do pastor, do tecelão e do *epistemon*. Para Castoriadis, Platão apresenta o retrato do indivíduo político através dessa visão: “O político é o tecelão real que entrelaça todas as artes necessárias na cidade.”³ (Castoriadis, 2004b, p. 49). Acompanhando o raciocínio sobre a teoria do poder em sua região mais extrema, “capilar”, examinado em suas “instituições mais regionais”, “mais locais”, “além das regras do direito que o organiza e o delimitam” (Foucault, 1999, p. 32). O poder é investido por uma *techne* anímica organizada que modifica a matéria sob a violência agonística de seus próprios *instrumentos* de sentidos gestados no corpo da cultura, na sociedade, no Estado e na civilização dos indivíduos. Foi justamente isso que Platão observou: “ver num pequeno paradigma particular o que é o paradigma geral” (Platão, 1972, p. 233). É ele quem funda e fia esse caos organizado. Fazendo menção ao texto de Platão, *O Político*, Foucault se questionava sobre a dramatização da época do mundo iluminista do século XVIII, analisando-a pelo olhar platônico negador da ilusão trágica do antigo mundo grego: “Por exemplo, pertencemos ou não a uma era de decadência?” (Foucault, 2010, p. 26). A realidade da democracia europeia, nesse período, parece que estava sofrendo da mesma enfermidade do poder do *zoôn politikón* que apareceu na Grécia, só que essa “decadência” se apresentou dentro de um novo partejar instituindo outra força política social sobre o solo econômico industrial: sem alma, sem divindade, ou seja, não existe mais esse o elo que outrora era gerido dentro do antigo poder político. O que restou? Os fios dos tecidos animais unidos aos fios capilares linguísticos dos corpos?

Para realizar uma genealogia discursiva sobre o instinto secreto da razão de Estado no contexto internacional, faz-se necessário olhar para o pano de fundo que define a política como arte de governar os homens. Pastor, tecelão e *epistémon* são os modelos de artes que antecedem o ideal histórico do *Homo Politikós* moderno. Essas transformações foram impulsionadas por sucessivas revoluções, que promoveram tecnologias refinadas de disciplinamento e controle. O berço da tradição política ocidental, enquanto epistemologia, foi gestado nos celeiros da antiga

³ “el político es o tejedor regio que entrelaza todas las artes necesarias para la vida de la ciudad”.

Grécia. Foucault cita a obra de Platão em seus escritos filosóficos. Sobre “as revoluções”, ele afirma o seguinte:

A revolução, as revoluções são essa espécie de fenômeno quase natural, enfim meio natural e meio histórico, que faz os Estados entrarem num ciclo que, depois de tê-los levado à luz e à plenitude, os faz em seguida desaparecer e se apagar. É isso a revolução. O que Botero e Palazzo entendem por Razão de Estado é, no fundo, essencialmente, manter os Estados contra essas revoluções. Nesse sentido vocês estão vendo que estamos próximos de Platão, como eu lhes dizia há pouco, mas com a diferença de que, contra a decadência sempre ameaçadora das cidades, Platão propunha um meio, que era uma boa constituição, boas leis, e magistrados virtuosos, enquanto os homens do século XVI, Botero, Palazzo, contra essa ameaça quase fatal das revoluções, que eles propõe não são tantas as leis, não é tanto uma constituição, não é nem mesmo a virtude dos magistrados, é uma arte de governar, logo uma espécie de habilidade, em todo caso uma racionalidade nos meios utilizados para governar. Mas no fundo, essa arte de governar ainda tem o mesmo objetivo das leis de Platão, isto é, evitar a revolução, manter o Estado, um só Estado, num estado permanente de perfeição (Foucault, 2008, p. 388).

Os fragmentos do poder pastoral, da tecelagem e da epistemologia política são engendrados nas condutas seletivas e revolucionárias sob a forma de cifras históricas, vinculadas ao ideal matricial de poder que fundamenta a cultura, o Estado e os sujeitos políticos nos seios de suas ideologias. Essas revoluções, às quais Foucault faz referência, integram as cisões políticas ocorridas nesses espaços, onde o ser humano, por meio de sucessivas guerras entre culturas e Estados, entre grupos familiares em confronto, cria o princípio da inteligibilidade, assim como a movimentação de um poder estratégico, plural, unívoco e extensivo. O Estado moderno — ou os Estados modernos europeus — realiza esse corte genealógico nas esferas políticas tradicionais a partir de uma intervenção radical proclamada pela razão deste Estado colonial: o véu do epistemicídio. O estatismo pensado em sua composição singular, e não de forma plural, percorreu a insuficiência do *logos* político de Platão que tentou compor uma unidade política na *polis* pela via da inteligência, não encontrando lugar para os filósofos, as mulheres, os escravos, os estrangeiros e a natureza postos aos sacrifícios ferrenhos dos deuses e dos semideuses cultivadores de rituais canibalistas.

Com os tecidos capilares da linguagem institucional, social-histórica, o mundo outrora sem significado, ganhou um significado: da *psyche* inconsciente para *psyche* da ideia. “Terceira série: os falsos reformadores políticos e sofistas comparados com rápidos leões, centauros e sátiros” (Nietzsche, 2020, p. 170). O exercício do poder, gerido pela ideia do pastorado, da tecelagem e da epistemologia política platônica, diz respeito ao ato da memória que codifica, a partir de um trabalho imaginado pela linguagem e pelo número, a abstração da *physis* em sua

representação histórica, a qual dá origem à *psyche* do “reformador político” e à artimanha do “sofista”, imbricados na divisão psicológica do poder animal com caracteres de sátiras humanas, tal como são apresentados por Nietzsche em seu estudo sobre *O Político* de Platão. O contrário não procede. Esse trabalho configura-se na realização dialética do trabalho não imaginário — portanto, não pensado — com o trabalho imaginário, pensado, não escrito e escrito. A língua e o número nascem do processo ininterrupto da ação do pensamento sobre os corpos, não de maneira contratual ou pacífica, mas de forma violenta. Essa ação de deformar os corpos (do animal para a cultura) provém da intervenção física entre os próprios corpos, enquanto entes físicos, com a causa material que os modela segundo essa ação imaginária da força de criar algo novo nesse campo — como na criação geométrica de um triângulo, por exemplo, que saiu do Egito até se fixar na Grécia (Castoriadis, 2004a). Antes da gênese da cultura, o mundo não existia. Ele passa a existir com a antropogênese, proclamada em sua existência representacional mítica, religiosa, racional, econômica, política, institucional, social e histórica. O universo físico só é compreendido a partir dessa formação social, relacionada ao mundo, às instituições e aos indivíduos que as criaram. Não se trata de um dado da criação inata observável apenas na natureza biológica, ou seja, da zona escura da lógica. O ato da criação da sociedade provém do ato de partejar, ou seja, de dar à luz algo que ainda não existe no universo.

Foucault desvelou este enigma: “o sonho é o desvelamento absoluto do conteúdo ético, o coração posto a nu. Essa significação é a que Platão designava no Livro X de A República e não, em um estilo pré-freudiano, as manifestações secretas do instinto” (2002, p. 101). Ou seja, para Castoriadis, “o conteúdo latente parte de todos os lados – o que Freud sabia perfeitamente” (2004a, p. 259). A composição dessa obra de Platão foi comparada ao estilo Barroco antireacionário (p. 258) que expressa o pensamento vivaz escrito, agônico, do indivíduo e a verdade que o compõe do começo ao fim em oposição aos instintos primários monstruosos dos sonhos latentes do indivíduo gregário que se tornou *Politikós: Skoteinós*.

Ontem e hoje, esse personagem monstruoso e espetacular tornou-se a antinomia da investigação fenomenológica, epistemológica e ontológica desenvolvida pela escola da Filosofia Política social: de Platão a Sloterdijk. O drama imaginário das ordens políticas históricas gerou a maravilhosa pseudo-cidade eletrônica do século XX, que passou a governar seus espectadores a partir da criação de uma dupla ilusão — ilusão de ilusões —, uma caricatura sanguinária plagiada pelo paradoxo do monstro salvador da humanidade histórica. Os fios tornaram-se elétricos, e o rebanho gregário transmutou-se na telepresença espetacular e imagética dessa nova *psyche*, utilizada nos campos microfísicos de guerras sociais

intersubjetivas e sonhadoras de mundos imaginários negativos e televisivos. Eles se erguem como micropotências dessa totalidade manipulável. Os campos de atuação midiática ampliam as guerras biopolíticas sob o emblema de uma sociologia dos limites do poder, da pureza da raça e do racismo de Estado: transformação nazista, transformação soviética, biopoder e cópulas dos dispositivos midiáticos raciais civil-militares, interligados nas funções e nas áreas de aplicação do racismo e na produção do nazismo, do socialismo e da socialdemocracia elitista da guerra pós-ambientalista. O século XXI respira a poeira venenosa desses campos de guerras biotecnológicas.

CONCLUSÃO

Hoje, com a internalização da economia tecnológica midiática digital dita democrática, tudo pode ser digitalizado de maneira veloz. Livrarias tradicionais e virtuais disputam o mercado pós-capitalista da domesticação na era da psicopolítica global, e as escolas, enquanto fabricantes de ordens, tentam amenizar o colapso espacial fundado em sua origem enquanto *pharmakon* cultural destinado a retirar o ser humano de seu estado bestial. A teoria da cultura demonstra que todo animal humano dotado de cultura não pode ser socializado sem o outro. Platão fala das cópulas não anímicas como forma de interdição microesferalógica que cria rebentos que não podem cruzar como os cães. Essas categorias ortodoxas não compreenderam o sentido físico e psicológico dos multiversos como artes das misturas, tais como as paredes finas do mundo virtual com seu agenciamento maquínico de ligação micromolecular. O mundo micro e macrofísico pode ser considerado a casa dos seres humanos por fornecer todos os elementos vitais de suas existências culturais; sendo assim, eles próprios criam suas próprias antropotécnicas poéticas dignificadas dentro desses processos de formação: o mundo como a primeira escola da vida. O que pretende Platão ao redigir *O Político*? O filósofo citado criou uma instituição acadêmica como forma de fundamentar a práxis humanista do pensamento teórico e prático, transformada em antropotécnica — ou seja, algo que se apreende enquanto cultura acadêmica. Problemas alavancados por esse saber podem ser observados na sua crítica direcionada à definição do estadista como domesticador de homens políticos, aos rivais do político, à ilegalidade ideal do *homo politikós*, à força impondo o bem para os cidadãos, à natureza social e suas contradições psicológicas. Há uma maquinação antipolítica elaborada por Platão quando ele ensina a seus alunos a arte da investigação política, a afirmação de si do

indivíduo, e dos outros, como promotor da luta pela liberdade de pensamento ético e moral. Dentro das ordens dos estadistas regionais nasce uma outra fábrica de ordem contra as ordens legais das enfermidades de governos. Quem são os loucos das cidades? E como os estadistas cuidavam deles dentro de seus celeiros médicos? Justamente, a Academia, como base da criação das universidades e das escolas básicas de formação humanística, herda dessa filosofia social seus refinamentos literários e epistemológicos de domesticação e de repetição de regras imitativas contrárias a essa ordem legitimada pela violência. Repensar os humanismos na atualidade da barbárie do pós-capitalismo neurodigital conduz à produção dos trumpianos, putinianos, regenianos, mohameddianos seculares e bolsonaristas fanáticos — ou seja, todos os líderes dotados de carisma que produzem as rudezas como bestialidades bélicas. Os escritos que se opõem a essas bestialidades doentias impedem que discípulos e mestres, educadores e educandos, sejam tragados por tais mídias. O projeto da cultura acadêmica e escolar visa formar, no seio desse colapso global, ambiental e mental, linhas de força genealógicas enraizadas numa antropotécnica democrática que reconstrói os sujeitos ao retirá-los dessa animalização gregária pastoral, tecelã e epistemológica voltadas para a destruição dos seres humanos restaurando, assim, a ideia de um humanismo planetário múltiplo e molecular na época do pós-capitalismo virtual de domesticação, desinibição e ética da produção de uma cultura de si com os outros tantos elementos finitos e infinitos, existentes e inexistentes nesse plano divergente da política do letramento. Repensar o estatuto das mídias inibidoras e desinibidoras, primárias e secundárias, a partir do paradigma da mistura entre essas mídias sociopolíticas onde a natureza, a cultura, a ética, a genética, o *software* e os corpos se apresentam nas vizinhanças civilizatórias das linguagens distribuídas em suas respectivas zonas com os outros seres inacabados. O novo humanismo democrático precisa ser repensado segundo essa perspectiva política de governos humanos inseridos na realidade pós-capitalista da domesticação e da desinibição das mídias culturais microfascistas e não fascistas, dispostas nesse palco teatral da psicopolítica dos grandes rebanhos humanos. O idealismo social-político platônico influenciou a criação de guerras entre estadistas modernos e contemporâneos (polilologia vulgar), promovendo distorções raciais mediadas por aparelhos governamentais responsáveis pelo controle mental de cidadanias suprimidas? Tornou-se necessário resistir ao poder bestial dessas maquinarias inibidoras e desinibidoras, utilizando escritos pós-humanos que emergiram após a exposição do projeto mortuário do humanismo moderno e contemporâneo. Sob essa perspectiva, os direitos dos governados são reativados para proteger corpos submetidos aos totalitarismos de Estado, em consonância com os Direitos Humanos

Universais. As razões de Estado positivas manifestam-se no combate histórico das revoluções jurídicas e sociais. Defendem-se democracias planetárias heterodoxas em oposição às tiranias governamentais democráticas ortodoxas, valorizando a multiplicidade do direito frente à imposição de um fogo unitário, forjado nos programas políticos de domesticação de corpos prisionais. Nesses contextos, as carnes humanas tornam-se objetos sacrificados nos ritos de cremação da terra.

REFERÊNCIAS

CASTORIADIS, Cornelius. **On Plato's statesman**. California: Stanford University Press, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sobre o Político de Platão**. São Paulo: Loyola, 2004a.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sobre el político de Platón**. Madrid: Trotta, 2004b.

CASTORIADIS, Cornelius. **Os destinos do totalitarismo & outros escritos**. Porto Alegre, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Problematização do sujeito**: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Introdução ao estudo dos diálogos de Platão**. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

PLATÃO. Político. In: **O Banquete – Fédon – Sofista – Político**. Porto Alegre: Globo S.A., 1972.

SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o parque humano**: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.